

Aprovado o novo Código de Trânsito. Falta votar destaques

Apreciação conclusiva do turno suplementar está prevista para o dia 11 de setembro. Depois, a matéria será examinada pela Câmara. Relator acolheu 50 emendas

Legislação prevê maior educação dos motoristas

Pelo novo código, qualquer cidadão pode recorrer aos órgãos públicos de trânsito para solicitar sinalização, fiscalização e implantação de equipamentos de segurança. E o Ministério da Saúde fica obrigado a promover campanhas nacionais de esclarecimento público sobre a prestação de primeiros socorros nos acidentes de trânsito.

O limite máximo de velocidade nas estradas é de 110 km/h para automóveis e camionetas, 90 km/h para ônibus e microônibus e 80 km/h para os demais veículos.

Várias normas sobre educação de trânsito estão previstas. Uma delas determina a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito, e o funcionamento de escolas públicas de trânsito. Há também regras sobre segurança dos veículos, como a obrigatoriedade de utilização do *air-bag*, do cinto de segurança, de encosto para cabeça e de equipamentos de primeiros socorros em todos os veículos, e do uso de campanha nas bicicletas. Para o registro de veículos destinados ao transporte escolar, estão definidas várias exigências.

O plenário do Senado aprovou ontem, em turno suplementar, o substitutivo da Casa ao projeto de Código de Trânsito Brasileiro, mas o término da votação da matéria depende ainda do exame de destaques, o que deverá ocorrer no dia 11 de setembro. Mais rigoroso do que o código em vigor na punição às infrações de trânsito, o texto, depois de concluída a votação no Senado, será examinado pela Câmara. Foram acolhidas integralmente pelo relator, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), 50 emendas apresentadas em plenário após o primeiro turno de votação.

O novo código prevê, para os responsáveis por crimes de trânsito, penas de distintas naturezas - desde as privativas de liberdade (detenção) até as de prestação de serviços à comunidade e multas reparatórias (indenização à vítima ou fami-



Gilberto Miranda

liares).

Bebida alcoólica acima do permitido (mais do que seis decigramas de álcool por litro de sangue), por exemplo, significa multa, suspensão do direito de dirigir e até detenção. Dirigir em alta velocidade em frente a escolas, hospitais ou nas proximidades de rodovias também representa multa e possibilidade de ser preso. É proibido ao motorista usar telefone celular ou fone de ouvido, enquanto dirige.

O novo código institui quatro tipos de multa (leve, média, grave e gravíssima). Cada uma vale um número de pontos. Se, no período de 12 meses, o motorista tiver multas que somem 20 pontos (três multas gravíssimas ou quatro graves), receberá uma multa adicional de 1.000 Ufirs (quase R\$ 900,00). Com uma segunda multa no prazo de 12 meses pela mesma infração, seu valor será multiplicado por dois. Se forem três multas, por três, e assim sucessivamente.

A Permissão para Dirigir, concedida ao motorista novo, com validade de um ano, é uma inovação. Findo o prazo, terá direito à Carteira de Habilitação, desde que não tenha cometido infração grave ou gravíssima ou seja reincidente em infração média. Caso contrário, terá de reiniciar todo o processo de habilitação.



O senador Ney Suassuna comemorou com duas tortas de limão os três anos e três meses da medida provisória que cria o Programa Nacional de Desestatização e também os 30 meses da que dispõe sobre a Nota do Tesouro Nacional. Página 6

São Paulo vai rolar mais R\$ 748 milhões

Votação foi tranqüila, diferente de quando a proposta foi apresentada pela primeira vez em plenário. A nova emissão de títulos destina-se ao pagamento de precatórios judiciais

O plenário do Senado aprovou ontem autorização para o estado de São Paulo emitir Letras Financeiras do Tesouro estadual, no valor de R\$ 748,2 milhões, para pagar dívidas determinadas pela Justiça. Conforme o pedido do governo paulista, tratam-se da sétima e da oitava parcelas de precatórios judiciais, além de reembolso da sexta parcela e complemento dos pagamentos anteriores.

A autorização do plenário foi dada em votação tranqüila. Há cerca de dois meses, o mesmo pedido provocou polêmica no plenário e o assunto foi remetido à Comissão de Assuntos Econômicos para análise mais aprofundada. O pedido foi aprovado na comissão também após intenso debate, onde o senador Esperidião Amin (PPB-SC) apresentou voto em separado alertando que a aprovação de emissão de títulos para reembolso de precatórios já pagos era um "precedente gravíssimo".

O plenário concordou também com pedido da prefeitura de São Paulo para emitir títulos do município, no valor de R\$ 41,7 milhões, para rolar a dívida mobiliária que vence neste segundo semestre. A prefeitura terá de resgatar 2% dos títulos e fazer a rolagem de 98%. O líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), apresentou projeto substitutivo à resolução do Senado limitando a rolagem a 54,98% dos títulos a serem resgatados pela prefeitura neste semestre, sob o argumento de que a dívida da

cidade de São Paulo cresceu 188,2% desde julho de 94, "um aumento estarrecedor". O substitutivo de Dutra, no entanto, foi rejeitado.

Os senadores aprovaram ainda projeto que inclui no Plano Nacional de Viação o trecho de 92 quilômetros da BR-450 que vai de Canal de São Simão a Iturama, passando por União, em Minas Gerais. Também foi aprovado projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT) que autoriza estudantes do ensino médio e do ensino

fundamental, maiores de 12 anos, a fazerem estágios em empresas privadas ou órgãos públicos.

Recebeu aprovação mensagem do presidente da República que pede autorização para que tropas argentinas entrem no território nacional para operações conjuntas com soldados brasileiros. Tropas nacionais também poderão entrar na Argentina, dentro dos mesmos treinamentos. Os senadores concordaram ainda com modificações no convênio que criou

o Banco Africano de Desenvolvimento e com uma emenda ao acordo da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite Intelsat.

O plenário recusou requerimento de José Eduardo Dutra para que fosse incluído na Ordem do Dia, para votação, projeto de lei complementar que regulamenta o uso de medidas provisórias. A votação foi nominal, depois que Dutra protestou com veemência contra entendimento do senador Valmir Campelo (PTB-DF), que presidia a sessão.

Sandra Guidi e Henrique Loyola compõem agora bancada catarinense

Os suplentes Sandra Guidi (PPB-SC) e Henrique Loyola (PMDB-SC) assumiram ontem o mandato de senadores, em decorrência de licença solicitada por Esperidião Amin e do afastamento temporário de Casildo Maldaner, respectivamente.

Em seu discurso de posse, a senadora Sandra Guidi disse ter a certeza de que, mesmo provisoriamente no mandato, poderá contribuir para o aperfeiçoamento das instituições democráticas e que trabalhará, especialmente, para que seu estado "aufira a oferta de serviços públicos indispensáveis" ao seu desenvolvimento.

Sandra Guidi destacou, como uma de suas tarefas, o esforço pela duplicação do trecho da BR-101 que atravessa Santa Catarina. Para tanto, ela pediu ao plenário do Senado o apoio necessário junto ao Ministério dos Transportes e ao DNER para garantir as ações e recursos necessários à duplicação integral do trecho da rodovia.

Reunir subsídios e alternativas que façam da educação



Sandra Guidi



Henrique Loyola

uma prioridade nacional foi a outra tarefa salientada pela senadora. Além disso, ela afirmou que procurará soluções para o quadro de desemprego do País, de que tem um exemplo próximo na sua cidade de origem, Criciúma, onde há expressivo contingente de desempregados das minas de carvão.

Por sua vez, o senador Henrique Loyola anunciou que pretende "emprestar colaboração e apoio" ao presidente Fernando Henrique Cardoso enquanto estiver no Legislativo e disse que é dever do Parlamento "situar-se no compasso dos fatos que marcam a História".

Ele referia-se às mudanças constitucionais, em sua opinião, compatíveis com a nova realidade do País, e afirmou que

"procrastinar reformas, devido ao desconforto no curto prazo condenará nossos concidadãos a perderem a corrida do tempo". Conforme o parlamentar, "a cultura do Estado-tutor é ingrediente paralisante, como é força obstrutora da retomada do desenvolvimento econômico e social".

Loyola defendeu rapidez na votação das emendas propostas pelo governo, referindo-se em especial à reforma tributária, "iniciada há mais de um ano e que está parada; à reforma previdenciária, que já avançou alguns passos; e à reforma administrativa, que está travada num muro corporativo".

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado.

Mortes violentas cresceram 43,5% em dez anos, denuncia Romeu Tuma

Na raiz do problema, segundo o senador, está a desigualdade social, a atuação de quadrilhas e máfias, bem como a violência policial

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) destacou ontem que o número de mortes violentas no Brasil, na última década, elevou-se de forma vertiginosa. Ele citou dados do IBGE mostrando que, entre 1982 e 1992, enquanto a população brasileira teve um crescimento de 20,5%, as mortes violentas por causas externas aumentaram 43,5%.

Tuma citou também relatório do Ministério da Saúde, segundo o qual, depois das doenças cardíacas, o que mais mata o brasileiro é a violência. "Os ho-



Romeu Tuma

micídios atingem em maior proporção o sexo masculino, incidindo principalmente entre a população jovem", acrescentou.

Ao comentar a participação de menores em atos de violência, o senador acentuou que os marginais adultos estão sublocando jovens que, em consequência do Estatuto da Criança e do Adolescente, acabam sendo beneficiados na punição. Segundo Tuma, os últimos assaltos registrados em São Paulo, nos quais os marginais atearam fogo em suas vítimas, de-

monstram todo o requinte de perversidade.

Para o senador, as profundas desigualdades sociais e econômicas são responsáveis por boa parte da propagação da violência e dos homicídios nos grandes centros urbanos brasileiros. Outras causas, acrescentou, são a existência de quadrilhas e máfias de diversos tipos, a violência e a corrupção policial, bem como a ineficácia dos mecanismos do Estado para lidar com os conflitos sociais e dar proteção efetiva à população.

Em apertes, os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Ney Suassuna (PMDB-PB) apoiaram o discurso de Tuma.



Artur da Távola

Távola isenta o Estatuto do Adolescente

"Estamos diante de um estatuto que tomou por base a filosofia de alta modernidade e de grandeza humana e cristã", disse ontem o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), ao defender o Estatuto da Criança e do Adolescente, criticando os que atribuem a essa legislação o aumento da delinquência juvenil.

Távola disse que o estatuto é um instrumento que visa a defender e a promover a criança, jamais um instrumento de impunidade. "É por ignorância ou má-fé de certas autoridades incompetentes que se pretende adotar uma política de menores com a mesma filosofia desgraçada da luta direta contra a marginalidade", frisou.

O senador explicou que a questão do menor delinquente não é necessariamente um problema de polícia, mas envolve também a família, o Ministério Público, o Poder Judiciário e a sociedade como um todo. Conforme Artur da Távola, o estatuto em vigor descentraliza a política para o menor, eliminando a simples visão repressiva que antes dominava as relações do Estado com a criança e o adolescente.

Na opinião de Távola, a punição do menor infrator deve incluir uma última oportunidade para que ele se recupere. Ele lamentou o desconhecimento dessa matéria por pessoas como secretários de Segurança, juízes e jornalistas, que, como assinalou, insistem na ideia de que o estatuto protege o menor delinquente contra as penas da lei.

Arruda defende recuperação da Faculdade Dulcina de Moraes

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) informou ontem que buscará - com Bernardo Cabral (PFL-AM) e outros parlamentares comprometidos com a cultura brasileira - os meios de auxiliar a recuperação da Faculdade Dulcina de Moraes, em Brasília. A promessa fez parte da homenagem que Arruda prestou à atriz falecida na



Arruda

quarta-feira.

Segundo ele, o propósito é permitir que essa escola de teatro supere suas dificuldades e continue prestando seus "inestimáveis serviços à sociedade". "Essa é uma forma

de dar continuidade ao trabalho de Dulcina de Moraes em prol do desenvolvimento da cultura teatral brasileira", acrescentou.

Júlio Campos propõe vale-cultura

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou projeto de lei que institui o vale-cultura, a ser concedido, em caráter facultativo, ao empregado pelo empregador, para aquisição de ingressos destinados a atividades culturais e esportivas. As despesas com a concessão do vale, segundo a

proposição, serão deduzidas do Imposto de Renda. A sistemática de operacionalização desse benefício dependerá de regulamentação a ser feita pelo Executivo.

O projeto estabelece que o vale a ser criado "não tem natureza salarial nem se incorpora à remuneração, para quaisquer efeitos".



Romero Jucá

Jucá denuncia censura política em Boa Vista

O senador Romero Jucá (PFL-RR) denunciou ontem que a censura voltou a ser aplicada em Roraima, seu estado, mediante a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, que proibiu alusões ao Poder Judiciário em qualquer propaganda política da "Coligação Boa Vista para Todos". Ele considerou o fato "extremamente grave" e pediu à Mesa Diretora que envie cópias do seu pronunciamento ao Tribunal Superior Eleitoral e ao Supremo Tribunal Federal.

Jucá exibiu o documento emitido pelo cartório da primeira zona eleitoral de Boa Vista sobre essa proibição.

Requião condena a isenção do ICMS

Proposta do governo de indenização aos estados foi considerada "ridícula" pelo senador, que, junto com Pedro Simon, apresentará emenda substituindo a forma de ressarcimento



Marina Silva

Marina alerta para biopirataria na Amazônia

A senadora Marina Silva (PT-AC) defendeu ontem projeto de sua autoria regulamentando a biodiversidade nacional, para normatizar o acesso ao conhecimento sobre propriedades medicinais de plantas, animais e microrganismos. O objetivo, segundo ela, é impedir que o conhecimento adquirido pelas populações tradicionais da Amazônia sejam patenteados por empresas de outros países.

A senadora denunciou que a companhia norte-americana denominada Empresa Internacional de Plantas Mediciniais, de propriedade de Loren Miller, patenteou a *ayahuasca* nos Estados Unidos. Outras plantas, como a quebra-pedra e a sangue-de-dragão, assim como microrganismos com propriedades medicinais também já foram patenteadas, conforme levantamento sobre biopirataria feito pela organização não-governamental Rafi, disse.

No caso da *ayahuasca*, planta utilizada no Brasil pela seita do Santo Daime e pela União do Vegetal, o patenteamento poderá desencadear uma guerra de preços, confrontando as comunidades que detêm os segredos de seu uso e poderes, alertou. Este é também o temor do Conselho de Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica, sediado no Equador.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou ontem, no plenário do Senado, o projeto com que o governo isenta da cobrança de ICMS os produtos semi-elaborados destinados à exportação, ao mesmo tempo em que considerou "ridícula" a proposta de indenização aos estados, proposta pelo Executivo. Ele anunciou a intenção de apresentar, em conjunto com Pedro Simon (PMDB-RS), emenda para permitir que os créditos do ICMS sejam compensados diretamente contra o pagamento de tributos federais, ao invés da proposta de indenização.

Para Requião, a isenção dos produtos semi-elaborados fará "o País retroagir à condição de nação agropastoril", anterior ao processo de industrializa-

ção deflagrado pelo ex-presidente Kubitschek na década de 50. Requião disse estar convencido de que essa mudança virá promover uma "desindustrialização" de várias regiões brasileiras e gerará uma "exportação de empregos, em benefício das indústrias de outros países".

Ele citou o exemplo do Paraná, onde a folha de pagamento já consome 97 por cento das receitas líquidas e a administração se apresenta "quebrada". Em aparte, Pedro Simon considerou um "absurdo" a possibilidade de o Senado conceder regime de urgência para a tramitação do projeto na Casa. Em nome do PT, José Eduardo Dutra (SE) também se manifestou contra a concessão de urgência para o projeto do ICMS no Senado.



Roberto Requião



Sebastião Rocha

Validade de documentos eletrônicos

Autor de projeto de lei que atribui valor jurídico a documentos criados e/ou arquivados eletronicamente, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) pediu ontem o aprofundamento das discussões sobre o assunto e a apresentação de sugestões que aprimorem a proposição.

Ele disse que este é um dos principais temas discutidos no 9º Seminário Internacional de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, ao qual foi convidado a participar como palestrante. Segundo o senador, o gerenciamento de dados eletrônicos já é objeto de acordos e tratados internacionais e o País precisa dar mais agilidade na definição do tratamento a ser conferido a documentos eletrônicos.

Sebastião Rocha considerou que a questão é complexa, pois envolve, inclusive, o reconhecimento jurídico de assinaturas. A imensa quantidade de documentos que se deterioram em arquivos precários distribuídos pelo País justifica, a seu ver, o empenho dos senadores na discussão, aprimoramento e aprovação de seu projeto.

Iris defende prioridade às pequenas empresas

"A grande força geradora de empregos está nas micro e pequenas empresas, que são mais ágeis e se ajustam com maior facilidade às flutuações de mercado." A opinião é do senador Iris Rezende (PMDB-GO), que pediu ontem prioridade para o projeto que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP). O projeto, em tramitação na Câmara dos Deputados, já foi aprovado pelo Senado Federal.

Segundo Iris Rezende,



Iris Rezende

previsões do Sebrae indicam que, com a desoneração fiscal e demais medidas previstas pelo novo estatuto, as micro e pequenas empresas terão condições de gerar, de imediato, cerca de 4 milhões de empregos. Para o senador, entretanto, a aprovação do projeto não dispensa o governo de buscar meios para garantir aos pequenos empreendimentos a conquista de padrões elevados de qualidade e competitividade. O senador acha que o País tem potencial para enfrentar o desafio da globalização.

Simon questiona gasto com pesquisa eleitoral

Senador lembra que Constituição não prevê reeleição para presidente e, por isso, governo não poderia patrocinar sondagem de opinião pública com o nome de Fernando Henrique

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) quer saber da Presidência da República quanto foi gasto de dinheiro público na realização de pesquisa sobre candidaturas presidenciais, incluindo o presidente



Pedro Simon

Fernando Henrique Cardoso. Ele apresentou ontem requerimento de informações nesse sentido, pois, segundo o noticiário de divulgação da pesquisa, esta teve origem no próprio Palácio do Planalto.

Para Simon, a Constituição não prevê a reeleição para os cargos executivos e o governo não poderia encomendar pesquisa com o

nome do Presidente entre os possíveis candidatos. Se os próprios jornais a tivessem feito, ou o PSDB, o partido de Fernando Henrique Cardoso, "tudo bem", disse.

No entanto, continuou, "o Presidente seria reeleito com 41%, segundo pesquisa feita pelo governo federal com dinheiro do povo brasileiro".

Simpático à tese da reeleição, Simon afirmou que está "começando a se assustar". Essa pesquisa e notícias sobre a utilização do Programa Comunidade Solidária nas campanhas municipais,

antes mesmo da aprovação de proposta de emenda constitucional permitindo a reeleição, são consideradas por

Simon como uma pressão sobre o Congresso e demonstração de como "as coisas vão ficar".

Insatisfação é com resultado, diz ACM

Respondendo ao senador Pedro Simon (PMDB-RS), que criticara o governo pela promoção de uma pesquisa sobre a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que o parlamentar gaúcho estava insatisfeito não com a promoção da pesquisa, mas com o seu resultado.

Para Antonio Carlos Magalhães, mais grave é o fato de o ex-presidente Itamar

Franco, cujo nome foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores do Senado para ser embaixador brasileiro na OEA (Organização dos Estados Americanos), estar recebendo vencimentos em dólares para discutir política em Juiz de Fora, em vez de estar atuando naquele organismo internacional. O senador afirmou que Itamar Franco foi nomeado há 10 meses para esse cargo, sem exercê-lo.

Cabral elogia a atuação de Valmir Campelo

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou ontem, juntamente com o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), o desempenho do senador Valmir Campelo (PTB-DF) na condução dos trabalhos da sessão plenária de quinta-feira.

Segundo o senador, mesmo não sendo titular de um cargo na Mesa do Senado, Valmir Campelo soube enfrentar uma verdadeira batalha verbal com a mesma distinção que dispensa a seus colegas senadores.

O senador Valmir Campelo agradeceu a Cabral os elogios em nome dos assessores da Mesa, destacando a sua admiração pelo "reconhecido conhecimento jurídico" do senador amazonense.

Alcântara nega intenção eleitoreira na distribuição do leite

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) considerou descaídas as críticas feitas à retomada, pelo governo, do programa de distribuição de leite. Ele explicou que o programa estava suspenso em razão da grave falta de recursos que sacrifica a saúde no Brasil. No momento em que o Legislativo aprovou a cobrança da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Fi-

nanceira), o Ministério da Saúde pôde contrair junto ao Banco do Brasil um empréstimo de R\$1,2 bilhão, para pagar quando o imposto começar a ser cobrado.

Foi graças a esses recursos que o Ministério da Saúde retomou o programa de distribuição gratuita de leite que, segundo Lúcio Alcântara, está



Lúcio Alcântara

beneficiando todos os municípios do País, sejam eles governados por petistas ou tucanos. "Não existe nenhuma vinculação entre campanha eleitoral e programa de

leite, a não ser uma mera coincidência de datas", explicou.

Suplicy aponta manipulação com cestas de alimentos

A "manipulação eleitoreira" de cestas básicas do Comunidade Solidária por políticos ligados ao governo, conforme noticiou a imprensa, foi criticada ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). "A



Eduardo Suplicy

um mês das eleições, o presi-

dente Fernando Henrique Cardoso permitiu em seu governo práticas usadas publicamente no governo Collor", acentuou.

Suplicy disse que não existe boa vontade do Executivo em promover o programa de renda mínima, já implantado em prefeituras pelo PT e outros partidos.

"Se até D. Ruth Cardoso já se manifestou contrária ao abuso do poder político envolvendo as cestas básicas e posicionou-se a favor da implantação do projeto de distribuição de riqueza, por que o governo protela?", indagou.

Segundo Suplicy, o presidente da República contradiz seu passado de lutador pela justiça social ao permitir que o hábito continue.

Benedita conclama sociedade a garantir direitos a deficientes

Na Semana do Excepcional, senadora lembra que 10% da população brasileira sofrem alguma deficiência e pede atenção a essas pessoas

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou ontem que os direitos básicos de cidadania são ainda inacessíveis à maior parte dos brasileiros portadores de deficiência física. Ela disse que já é hora de a sociedade e de o Estado brasileiro promoverem os meios que permitam a essas pessoas terem respeitadas as suas diferenças e, assim, se integrarem verdadeiramente à vida social do País.

Segundo a senadora, apesar de estar comprovado que "as pessoas portadoras de deficiência são tão competentes como quaisquer outras, e, em muitos casos, mais brilhantes que a maioria", prevalece

no País o preconceito e a falta de medidas que lhes permitam o acesso à educação, à saúde, ao trabalho e ao lazer.

- A cidadania do deficiente lhe é duplamente usurpada: negamos-lhe as conquistas comuns a todo cidadão ao mesmo tempo em que lhe é vedado o direito à igualdade, que implica o respeito às diferenças - acentuou Benedita da Silva, lembrando as dificuldades dos deficientes não só para se locomoverem, já que "é inexistente o transporte adaptado às suas necessidades", como também para terem acesso aos prédios, "cheios de barreiras arquitetônicas".

A senadora informou que, segundo estatísticas da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 10% da população brasileira, ou seja, cerca de 15 milhões de pessoas, têm algum tipo de deficiência. Considerando um núcleo familiar de três pessoas, são aproximadamente 45 milhões de brasileiros que direta ou indiretamente convivem com o problema.

Benedita da Silva, que recebeu apoio do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), falou a propósito da Semana Nacional do Excepcional, realizada em todo o País entre 20 e 23 de agosto.



José Bonifácio

Bonifácio condena exigências do INSS para aposentadoria

O senador José Bonifácio (PPB-TO) alertou ontem os parlamentares para a necessidade de revisar a legislação relativa à concessão de aposentadoria aos trabalhadores rurais, de modo a reduzir as exigências que estão sendo impostas pelo INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social).

"O INSS visa atrapalhar, dificultar e impedir a concessão de aposentadorias aos trabalhadores rurais", concluiu ele, a partir de denúncias que lhe foram feitas por agricultores do Tocantins.

A Constituição de 1988, frisou o senador, equiparou o trabalhador rural ao urbano. Pela lei que instituiu o Regime Geral de Previdência Social, de 1991, aquele trabalhador foi inscrito em três categorias: empregado, autônomo e segurado especial, disse. Além disso, a mesma lei previa formas variadas de comprovação do exercício de atividade rural para fins de aposentadoria, frisou.

A partir de agosto de 1994, apontou o senador, a Medida Provisória nº 598, transformada na Lei nº 9.063/95, assim como ordens de serviço do INSS, "introduziram substanciais alterações no elenco de exigências". José Bonifácio citou como exemplo a imposição de, nas certidões de casamento, os homens terem registrado que são lavradores e as mulheres, que são domésticas. Esses requisitos, solicitados a trabalhadores casados há mais de 30 anos, segundo o senador, são para evitar a concessão de aposentadorias.

Ney Suassuna diz que medida provisória agride democracia e cobra solução urgente

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou ontem que é fundamental, urgente e necessário, para o bem da democracia e o respeito ao direito do cidadão, votar a emenda constitucional que



Ney Suassuna

limita a utilização das medidas provisórias. O senador destacou que é imperioso, na dimensão do estado de direito, conter a edição das MPs. "O governo deve se submeter às normas constitucionais e não deve transgredi-las por motivos de ocasião", recomendou.

Salientando que "o Brasil não pode ficar à mercê da vontade de poucos, porque isso contraria a lógica do regime e agride a democracia", Ney Suassuna disse que "não é possível que a democracia brasileira, depois de tantas lutas, esteja escorrendo pelo ralo da História por causa da vontade

de poder dos burocratas da Esplanada dos Ministérios".

- As verdadeiras questões nacionais não são mais discutidas no Congresso. Ao contrário, elas chegam aqui na forma de MP, já em vigor e gerando efeitos. Não há, diante dessa realidade, nada a ser discutido - frisou.

Ney Suassuna acrescentou que não faz sentido o Brasil estar vivendo essa controvérsia constitucional, destacando que houve no País, há menos de uma década, um esforço para renovar e modelar as instituições e a democracia venceu. Por isso, não é razoável que o Congresso seja colocado à margem das graves questões nacionais.

Aniversário com torta de limão

Fernando Henrique Cardoso "é o presidente mais poderoso do planeta", afirmou Ney Suassuna ao cortar duas tortas de limão para "comemorar" os três anos e três meses da medida provisória que dispõe sobre o Programa Nacional de Desestatização e os 30 meses da que trata da Nota do Tesouro Nacional.

O ato reuniu 10 senadores e, segundo Suassuna, a torta era de limão "porque a medida provisória tem um sabor muito azedo para o Congresso". O senador disse que "a questão das MPs virou um assunto ridículo" e, com a comemoração, quis chamar a atenção para a necessidade de se encontrar uma saída que preserve a democracia.

DNPM responde a acusações de garimpeiros

A comissão especial do Senado incumbida de examinar a situação de conflito entre os garimpeiros de Serra Pelada e a Companhia Vale do Rio Doce, presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), ouviu, na manhã de ontem, depoimento do diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Miguel Navarrete Fernandez Júnior. Ele contestou acusações feitas por garimpeiros contra fiscais do DNPM, entre elas a de abuso de poder e a de corrupção envolvendo a demarcação de áreas para garimpagem.

Interpelado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), que afirmou ter o DNPM sabotado durante 15 anos o trabalho dos garimpeiros, Navarrete Júnior afirmou que a nova filosofia do órgão visa a disciplinar a mineração e extinguir a violência que caracteriza essa atividade no Brasil.

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO), por sua vez, disse que o departamento está em falta com a demarcação de área de Serra Pelada hoje ocupada por sondas da Companhia Vale do Rio Doce, cuja posse é reclamada pelos garimpeiros.

Devido à votação, pelo plenário, do projeto de Código de Trânsito Brasileiro, a comissão adiou o depoimento que seria prestado nesta quinta-feira pelo delegado nacional da União Sindical dos Garimpeiros, José Altino Machado.

Dutra agora quer poder de veto sobre as privatizações

Senador anuncia projeto que resgata veto de Collor a artigo de lei que exigia manifestação prévia do Congresso para a desestatização

Depois de retirar sua proposta para que a privatização da Companhia Vale do Rio Doce fosse submetida previamente à apreciação do Congresso, em "protesto" contra o que qualificou de "desvirtuamento do projeto pelo substitutivo do senador Wilson Kleinübing" (PFL-SC), o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou ontem projeto de lei que manda o governo federal ouvir o Legislativo no processo de privatizações.

Sua proposta, conforme disse, pretende resgatar artigo vetado pelo ex-presidente Fernando Collor, em 1990, quando da sanção da Lei 8.031. O projeto autoriza o Congresso



José Eduardo Dutra

Nacional a excluir qualquer empresa do Programa Nacional de Desestatização, por decreto legislativo, desde que o faça até 60 dias após a publicação do edital de venda da companhia.

Diversos senadores apartaram Dutra para apoiar sua

iniciativa e solidarizar-se com o gesto de protesto simbolizado pela retirada do projeto anterior, durante a sessão de quarta-feira. Os senadores Humberto Lucena (PMDB-PB) e Pedro Simon (PMDB-RS) manifestaram a disposição de subscrever o novo projeto para submeter ao Legislativo os nomes das empresas a privatizar.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) solidarizou-se com o gesto de Dutra, "sem entrar no mérito da matéria", enquanto os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestaram-se de acordo com a iniciativa do senador sergipano.

Tebet insiste em aplicar recursos da Vale

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu ontem que a retirada do projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que condicionava ao Legislativo a privatização da Companhia Vale do



Ramez Tebet

Rio Doce não leve o governo a desistir de aplicar recursos resultantes da venda da empresa no desenvolvimento regional. "O senador Eduardo Dutra procedeu de acordo com sua consciência, não quis que seu projeto servisse de muleta para outras intenções, mas isso não pode inviabilizar o desenvolvimento regional", acrescentou.

Tebet disse que sempre se esforçou pela interiorização do desenvolvimento brasileiro, considerando incomprensível que muitos homens públicos no País não percebam a importância disso. "Positivamente, não posso aceitar que não exis-

ta a consciência de que esse Brasil é uma república federativa e de que é preciso interiorizar esse desenvolvimento", frisou. Para ele, está na hora de o Brasil preocupar-se com o investi-

mento no interior, construindo grandes malhas rodoviárias e criando empregos que impeçam a migração para as metrópoles. "Se a Vale tiver que ser privatizada, que criemos programas de desenvolvimento regional, a fim de efetivamente fazermos este País crescer", insistiu.

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

ACM faz queixa a embaixador dos EUA

Presidente da CRE levou a Melvin Levistky denúncia de que estão sendo submetidos a constrangimentos brasileiros que solicitam vistos para visitar os Estados Unidos

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), comunicou ontem ao plenário que, acompanhado do senador Carlos Wilson (PSDB-PE), levou ao embaixador americano, Melvin Levistky, a denúncia de que brasileiros que

pedem vistos para visitar os Estados Unidos estão sendo submetidos a constrangimentos. Antonio Carlos disse que essa iniciativa da comissão deveria ser tomada também pelo Itamaraty.

Conforme o senador, o embaixador prometeu providências para que o Brasil tenha um tratamento

mais benevolente na concessão de vistos. "Pedi também ao consulado que não pratique mais a humilhação a que alguns brasileiros são submetidos", disse ainda Antonio Carlos Magalhães, acrescentando que os brasileiros não aceitam mais um tratamento humilhante, até porque na Argentina isso não acontece.



Antonio Carlos Magalhães

Homenagem a nossos atletas paraolímpicos



Benedita

O plenário do Senado aprovou ontem a realização de uma sessão em homenagem aos atletas brasileiros paraolímpicos de Atlanta, conforme requerimento da senadora Benedita da Silva (PT-RJ).

Por determinação do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), na presidência dos trabalhos, a sessão ocorrerá às 11h30 do dia 11 de setembro.

Bernardo Cabral destaca conferência de advogados

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) anunciou a realização, entre os próximos dias 1º e 5, em Fortaleza, da XVI Conferência Nacional dos Advogados, que terá como tema central "Direito, Advocacia e Mudança".

Cabral elogiou a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e destacou que nas conferências nacionais dos advogados discutem-se as mais variadas teses e apontam-se caminhos e soluções para a tradição jurídica e o primado do Direito. O senador informou que participarão da próxima conferência os mais credenciados juristas brasileiros e um qualificado grupo de juristas estrangeiros.

O senador cumprimentou todos os advogados do País,

citou nomes que honraram a profissão, como Sobral Pinto e Seabra Fagundes, e homenageou o presidente do Conselho Federal da OAB, Ernando Uchôa Lima. Cabral foi apoiado, em apartes, pelos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Pedro Simon (PMDB-RS).



Bernardo Cabral

Diplomata israelense visita Senado

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem visita do embaixador de Israel, Yakov Keinan, que estava acompanhado do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. No encontro, Sarney e o embaixador israelense conversaram a respeito das relações entre o Brasil e aquele país, e temas da atualidade.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES RENAN CALHEIROS, EMÍLIA FERNANDES, VALMIR CAMPELO, NEY SUASSUNA E JOÃO ROCHA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
 2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
 2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
 4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna
 ■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação – Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo – Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa – José do Carmo Andrade
 ■ Editores – Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
 Diagramação – Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
 ■ Veja no Diário do Senado o íntegro dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal